

AVALIANDO NA CONTRAMÃO: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE AOS RESULTADOS DO SARESP

Eduarda Maria de Souza Fernandes¹; Antonio Francisco Marques²; Rosely Pereira de Araújo³

¹Mestranda no Programa Docência para a Educação Básica pela Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru/SP – dusoufernandes@hotmail.com; ²Professor no Departamento de Educação nas licenciaturas e Mestrado em Docência Para a Educação Básica pela Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru/SP – amarques@fc.unesp.br; ³Mestrando no Programa Docência para a Educação Básica pela Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru/SP - dantas-decio@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa busca identificar os efeitos no cotidiano da sala de aula, em função dos resultados obtidos no SARESP, na opinião de professores do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e Finais (5º ao 9º ano) em três escolas públicas estaduais no interior de São Paulo e como esses resultados repercutem em suas práticas em sala de aula. A pesquisa é de cunho qualitativo no sentido de compreender o fenômeno no contexto da prática pedagógica e suas manifestações. Participaram da pesquisa professores com mais de 5 anos de magistério, atuantes no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e Finais. Foram aplicados questionários compostos por seis questões dissertativas durante o 1º semestre de 2017. Os resultados revelam uma postura contrária ao SARESP como sistema de avaliação para as escolas paulistas e apontam que essa avaliação tem servido para o não desenvolvimento da autonomia pedagógica e liderança docente. É preciso reorientar o processo de avaliação para que as escolas possam contar com um sistema que reconheça as especificidades locais, suas possibilidades e dificuldades.

Palavras-chave: SARESP. Avaliação. Avaliação de Sistema.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca identificar os efeitos no cotidiano da sala de aula, em função dos resultados obtidos no SARESP, na opinião de professores do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e Finais (5º ao 9º ano) em três escolas públicas estaduais no interior de São Paulo, como esses resultados repercutem nas práticas de sala de aula.

O cotidiano dos professores paulistas começa a ser impactado por políticas públicas no ano de 2007 com a implantação do “Programa São Paulo Faz Escola”¹. Isso decorre devido à Reforma do Estado Brasileiro e do Estado de São Paulo, as quais iniciaram em 1990, na esfera federal no governo de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia

¹ O São Paulo Faz Escola tem como foco unificar o currículo escolar para todas escolas estaduais paulistas. O programa é responsável pela implantação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo, formatado em documentos que constituem orientações para o trabalho do professor em sala de aula e visa garantir uma base comum de conhecimento e competências para todos os professores e alunos. O material é disponibilizado nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Filosofia, Química, Física, Biologia, Inglês, Geografia, Sociologia, Arte e Educação Física, nas versões aluno e professor.

Brasileira. A exemplo da esfera federal, o estado de São Paulo, também governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, adere as mudanças.

A reforma consistiu na implantação do modelo gerencial de administração, ao qual o estado descentraliza parte de suas responsabilidades e as desloca para as esferas de atividade sociais locais, no caso da Educação Básica, cada escola do Estado de São Paulo passa a ser responsabilizada pelos resultados das aprendizagens dos alunos, de maneira que gestores, coordenadores, professores e demais profissionais da área da educação são diretamente responsabilizados pelo rendimento dos alunos nas avaliações externas: Sistema de Avaliação da Educação Básica² (SAEB), Sistema de Avaliação de Rendimentos do Estado de São Paulo³ (SARESP), Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo⁴ (IDESP), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica⁵ (IDEB).

Para que a implantação do modelo gerencial de administração se efetivasse no Estado, o governo paulista lançou em 2007, uma série de ações que polarizou o compromisso com ensino e aprendizagem em cada Diretoria de Ensino e em suas respectivas escolas, com foco no eixo de leitura e escrita, por serem essas as competências medidas nas avaliações externas.

A pesquisa evidencia que as ações da Secretaria de Educação do Estado (SEE) balizou-se com foco na melhoria dos índices de avaliações externas (dados do ENEM e PISA). A implantação do “Programa São Paulo Faz Escola” efetivou-se por intermédio das ações: implantação de um currículo único para as mais de cinco mil escolas paulistas, adoção de apostilas de todas as matérias “Caderno do Aluno”, “Caderno do Professor”, “Caderno do Gestor” e “Matriz de Avaliação Processual” para todas as séries do ensino fundamental e médio, inclui-se também a implantação de uma avaliação trimestral, Avaliação de Aprendizagem em Processo (APP).

Como forma de responsabilizar todos os profissionais da educação, o governo instituiu uma política de Bônus Salarial para as escolas, as quais atingem os índices de avaliações externas, sobretudo, na avaliação do Saresp. Vale expor que, somente, recebe o Bônus Salarial, as escolas que atingem as metas, aquelas que não atingem os resultados estabelecidos não tem direito ao Bônus. Essa foi a forma de consolidar a implantação do modelo gerencial de administração.

² O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, instituído em 1990, é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala e tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira. O levantamento produz informações que subsidiam a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, visando a contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino.

³ O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) é aplicado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo com a finalidade de produzir um diagnóstico da situação da escolaridade básica paulista, visando orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional.

⁴ É um indicador de qualidade das séries iniciais (1ª a 4ª séries) e finais (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Na avaliação de qualidade das escolas feita pelo IDESP consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos nos exames do SARESP e o fluxo escolar.

⁵ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

A pesquisa revela que o principal objetivo da implantação do modelo gerencial não consolidou-se pelo fato do currículo proposto não ter dado conta de suprir as necessidades locais, sociais, econômicas e intelectuais dos alunos da Rede Estadual de Ensino. Entretanto, percebe-se que essa política impacta diretamente o cotidiano escolar e interfere diretamente na autonomia docente, devido ao fato dos professores trabalharem grande parte do ano letivo em função das competências leitoras e escritoras que impactam a (APP) e o (SARESP).

Há um monitoramento exacerbado por parte dos coordenadores pedagógicos e de toda a Diretoria de Ensino para que se trabalhe com as apostilas (Caderno do Aluno), todavia, essas são balizadas com demasiado foco em competências leitoras e escritoras, ficando a competência oral e saberes específicos das matérias, por vezes em segundo plano. O material na maior parte das “situações de aprendizagem” prescreve quais os procedimentos que devem ser adotados pelo docente ao ensinar, isso acaba por retirar parte da autonomia didática do docente e por centrar o ensino em técnicas mecânicas de leitura e interpretação de fragmentos de textos.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho qualitativo no sentido de compreender a implantação do “Programa São Paulo Faz Escola” no contexto da prática pedagógica e suas manifestações, para a partir da descrição, analisar e interpretar os significados manifestos nas respostas dos questionários. Participaram da pesquisa professores com mais de cinco anos de magistério, atuantes no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais e Finais. Foram aplicados questionários compostos por seis questões abertas sobre os seguintes tópicos: currículo do Estado de São Paulo, Avaliação de Aprendizagem em processo, Política salarial de bônus sobre os resultados dos alunos no Saresp e autonomia didática, durante o 1º semestre de 2017. A análise qualitativa dos dados centra-se na opinião dos sujeitos pesquisados sobre a política de avaliação que vivenciam.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maioria dos professores aponta que os instrumentos são inadequados à realidade dos alunos e desconsideram a diversidade; indicam que os resultados das avaliações não consideram os contextos e condições em que o currículo único oficial é desenvolvido; que o uso dos resultados não promove melhoria na aprendizagem dos alunos, sobretudo no que tange ao desenvolvimento de competências orais, nos mais diversos gêneros textuais orais formais como: seminário, entrevistas, palestras, debates etc. E também impacta diretamente na formação cultural dos alunos, devido ao fato das apostilas apresentarem excesso de fragmentos de textos.

Os resultados revelam uma postura contrária ao SARESP como sistema de avaliação para as escolas paulistas, principalmente quanto à inadequação dos procedimentos, a falta de autonomia em relação ao currículo desenvolvido e o uso dos índices alcançados como instrumento de responsabilização do trabalho docente que passa a ser desenvolvido sob a lógica do controle.

CONCLUSÃO

A avaliação externa SARESP utilizada pelo Estado de São Paulo tem servido para o não desenvolvimento da autonomia pedagógica e liderança docente, uma vez que engessa o currículo e controla a escola, determinando o que deve ou não ser ensinado e aprendido, tornando-se um sistema de classificação e responsabilização de culpados, perdendo seu sentido e sua credibilidade.

É preciso reorientar o processo de avaliação para que as escolas possam contar com um sistema que reconheça as especificidades locais, suas possibilidades e dificuldades. É urgente o investimento em formação continuada dos professores, com apresentação de propostas que assumam sua autonomia, onde possam apropriar-se dos resultados para ressignificá-los.

REFERÊNCIAS

CAPPELLETTI, I. F. (org). **Análise crítica das Políticas Públicas de Avaliação**. São Paulo: editora Articulação universidade/Escola, 2005.

ESTEBAN, M. T. (org) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Petrópolis: 2008.

FREITAS, L.C. (org) **Indagações sobre o Currículo – Currículo e Avaliação**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Básica, 2007.

LÜDKE, M. e ANDRE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.